



Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Informações intermediárias em
30 de setembro de 2025

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Informações intermediárias

Índice

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES.....	1
BALANÇO PATRIMONIAL.....	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	6
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO	7
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	8

Notas explicativas

1	CONTEXTO OPERACIONAL	9
2	BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS	10
3	POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS E ESTIMATIVAS CRÍTICAS	11
4	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	12
5	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	12
6	CONTAS A RECEBER DE CLIENTES.....	13
7	VALORES A RECEBER (DEVOLVER) DA PARCELA A E OUTROS ITENS FINANCEIROS	15
8	PARTES RELACIONADAS	17
9	ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO	20
10	INTANGÍVEL	20
11	ATIVOS DE CONTRATO.....	21
12	FORNECEDORES	21
13	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	22
14	DEBÊNTURES.....	25
15	IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS	27
16	PROVISÃO PARA RISCOS JUDICIAIS E DEPÓSITOS VINCULADOS	28
17	PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	30
18	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	32
19	CUSTO DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS	34
20	ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA.....	35
21	OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	35
22	RESULTADO FINANCEIRO	36
23	INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	36
24	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	40
25	COMPROMISSOS FUTUROS	41
26	EVENTOS SUBSEQUENTES	41



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil
Tel: +55 85 3392-5600
ey.com.br

Relatório de revisão do auditor independente

Aos Administradores e Acionistas da
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.
Teresina - PI

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A., em 30 de setembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A diretoria é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas informações intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão. Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações intermediárias não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 30 de setembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.


Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações intermediárias acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações intermediárias tomadas em conjunto.

Fortaleza, 12 de novembro de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F



Nathalia Araujo Domingues
Contador CRC CE-020833/O

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Balço patrimonial em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)



Ativo	Nota	30/09/2025	31/12/2024	Passivo	Nota	30/09/2025	31/12/2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	478.139	219.586	Fornecedores	12	426.110	365.504
Aplicações financeiras	5	1.203.081	835.893	Fornecedores - Risco sacado	12.1	32.790	43.175
Contas a receber de clientes	6	853.219	760.023	Empréstimos e financiamentos	13	672.474	747.903
Almoxarifado		17.649	9.169	Debêntures	14	50.463	7.937
Serviços pedidos		110.743	128.573	Passivo de arrendamento		661	596
Impostos e contribuições a recuperar		62.614	78.645	Instrumentos financeiros derivativos	23.4	23.393	-
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		111.075	61.270	Impostos e contribuições a recolher		134.648	108.020
Instrumentos financeiros derivativos	23.4	-	85.081	Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher		88.541	13.496
Depósitos vinculados	16	189	189	Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		12.536	9.635
Outros créditos a receber		126.250	116.587	Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	7	30.354	137.359
Total do ativo circulante		2.962.959	2.295.016	Contribuição de iluminação pública		19.203	25.629
Não circulante				Encargos setoriais		47.535	90.969
Aplicações financeiras	5	79	73	Participação nos lucros		7.964	21.405
Contas a receber de clientes	6	111.816	133.673	Provisões para riscos judiciais	16	36.303	44.747
Serviços pedidos		17.674	17.674	Dividendos a pagar	8	99.655	69.585
Impostos e contribuições a recuperar		135.862	84.040	Outras contas a pagar		242.746	220.824
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	7	63.816	2.325	Total do passivo circulante		1.925.376	1.906.784
Instrumentos financeiros derivativos	23.4	-	27.689	Não circulante			
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		609	3.438	Empréstimos e financiamentos	13	3.100.293	2.765.713
Imposto de renda e contribuição social diferido	15.1	433.043	455.195	Debêntures	14	1.167.250	692.302
Depósitos vinculados	16	19.164	28.216	Passivo de arrendamento		1.566	2.192
Outros créditos a receber		892	896	Impostos e contribuições a recolher		408	574
Benefício pós-emprego		345	307	Encargos setoriais		30.501	20.151
Ativo financeiro da concessão	9	320.929	276.322	Instrumentos financeiros derivativos	23.4	141.368	-
Investimentos		108	111	Provisões para riscos judiciais	16	130.638	118.965
Intangível	10	2.986.513	2.901.684	Benefício pós-emprego		5.184	4.939
Ativos de contrato	11	958.177	565.633	Outras contas a pagar		18.921	33.914
Direito de uso		2.088	2.655	Total do passivo não circulante		4.596.129	3.638.750
Total do ativo não circulante		5.051.115	4.499.931	Patrimônio líquido			
				Capital social	17.1	633.577	543.433
				Reserva de capital		18.206	16.877
				Ajuste de avaliação patrimonial		(121.299)	(152.465)
				Reservas de lucros		721.354	841.568
				Lucro acumulado		240.731	-
				Total do patrimônio líquido		1.492.569	1.249.413
Total do ativo		8.014.074	6.794.947	Total do passivo e patrimônio líquido		8.014.074	6.794.947

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração do resultado

Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)



	Nota	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024	01/01/2024 a 30/09/2024
Receita operacional líquida	18	1.152.420	3.041.861	976.000	2.666.849
Energia elétrica comprada para revenda	20	(472.168)	(1.213.738)	(408.576)	(1.103.006)
Custo de construção		(257.509)	(672.046)	(191.426)	(520.092)
Custo da operação		(84.435)	(258.662)	(76.109)	(236.199)
Custos de energia elétrica, construção e operação	19	(814.112)	(2.144.446)	(676.111)	(1.859.297)
Lucro bruto		338.308	897.415	299.889	807.552
Despesas operacionais					
Despesas com vendas	19	(27.192)	(81.999)	(34.301)	(89.378)
Despesas gerais e administrativas	19	(36.068)	(95.194)	(33.745)	(82.451)
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	19	(16.404)	(50.004)	(11.618)	(36.775)
Outras despesas operacionais, líquidas	21	(13.423)	(42.532)	(13.363)	(49.534)
Total de despesas operacionais		(93.087)	(269.729)	(93.027)	(258.138)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre lucro		245.221	627.686	206.862	549.414
Receitas financeiras	22	74.198	390.847	55.773	264.365
Despesas financeiras	22	(186.400)	(695.213)	(134.112)	(510.969)
Resultado financeiro, líquido		(112.202)	(304.366)	(78.339)	(246.604)
Lucro antes de imposto de renda e da contribuição social		133.019	323.320	128.523	302.810
Imposto de renda e contribuição social - corrente	15.4	(26.082)	(76.492)	(9.678)	(13.722)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	15.4	(8.905)	(6.097)	(13.136)	(52.542)
Impostos sobre o lucro		(34.987)	(82.589)	(22.814)	(66.264)
Lucro líquido do período		98.032	240.731	105.709	236.546

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2025 e 2024
 (Em milhares de reais)



	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024	01/01/2024 a 30/09/2024
Lucro líquido do período	98.032	240.731	105.709	236.546
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado				
Resultado abrangentes (<i>hedge</i> e benefícios pós-emprego, líquido de tributos diferidos)	2.149	47.221	79	7.632
Tributos diferidos sobre ganho de instrumentos financeiros derivativos	(731)	(16.055)	(26)	(2.594)
Outros resultados abrangentes do período, líquido de impostos	1.418	31.166	53	5.038
Total resultados abrangentes	99.450	271.897	105.762	241.584

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Períodos findos em 30 de setembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)



	Nota	Reservas de lucros									Total
		Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Legal	Incentivos fiscais	Reserva de lucros a realizar	Reserva estatutária de reforço de capital de giro	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2023		471.701	14.716	(137.084)	9.634	62.098	91.671	464.375	117.806	-	1.094.917
Pagamento baseados em ações - Stock option		-	1.488	-	-	-	-	-	-	-	1.488
Pagamento baseados em ações - Matching shares		-	321	-	-	-	-	-	-	-	321
Aumento de capital		71.732	-	-	(9.634)	(62.098)	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais de 2023 distribuídos		-	-	-	-	-	-	-	(117.806)	-	(117.806)
Lucro do período		-	-	-	-	-	-	-	-	236.546	236.546
Resultado abrangente no período		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado de <i>hedge accounting</i>		-	-	7.632	-	-	-	-	-	-	7.632
Tributos diferidos sobre perda de instrumentos financeiros derivativos		-	-	(2.594)	-	-	-	-	-	-	(2.594)
Saldos em 30 de setembro de 2024		543.433	16.525	(132.046)	-	-	91.671	464.375	-	236.546	1.220.504
Saldos em 31 de dezembro de 2024		543.433	16.877	(152.465)	14.418	75.727	90.576	630.777	30.070	-	1.249.413
Pagamento baseados em ações - Stock option	17.2	-	530	-	-	-	-	-	-	-	530
Pagamento baseados em ações - Matching shares		-	799	-	-	-	-	-	-	-	799
Aumento de capital		90.144	-	-	(14.417)	(75.727)	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais propostos de 2024		-	-	-	-	-	-	-	(30.070)	-	(30.070)
Lucro do período		-	-	-	-	-	-	-	-	240.731	240.731
Resultado abrangente no período		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado de <i>hedge accounting</i>	23.4	-	-	47.221	-	-	-	-	-	-	47.221
Tributos diferidos sobre perda de instrumentos financeiros derivativos	15.2	-	-	(16.055)	-	-	-	-	-	-	(16.055)
Saldos em 30 de setembro de 2025		633.577	18.206	(121.299)	1	-	90.576	630.777	-	240.731	1.492.569

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto
Períodos findos em 30 de setembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)



	30/09/2025	30/09/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido no período	240.731	236.546
Ajustes para:		
Amortização	142.450	120.061
Baixa de intangível e ativo financeiro	8.464	3.019
Atualização do ativo financeiro	(12.118)	(4.956)
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias, cambiais líquidas e marcação a valor justo	59.127	356.793
Provisão e atualização para riscos judiciais	10.422	11.736
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	50.004	36.775
Encargos financeiros sobre perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	753	-
Baixa de recebíveis incobráveis	12.811	21.889
Provisão e atualização de encargos setoriais	24.382	21.891
Perdas com instrumentos derivativos	298.556	(76.104)
Valor justo das opções de compra de ações - <i>Vesting period</i>	6.217	1.896
Valores a (receber) devolver de parcela A e outros itens financeiros	(171.446)	(43.655)
Imposto de renda e contribuição social correntes	76.492	13.722
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	6.097	52.542
Participação nos lucros	(4.902)	(5.478)
Plano de aposentadoria e pensão	207	187
Ajuste a valor presente	11.523	11.835
Rendimentos de aplicações financeiras	(64.588)	(61.012)
Provisão para perda de estoque	5.645	8.836
Subtotal	700.827	706.523
Ajustes de capital de giro		
Contas a receber de clientes	(129.515)	(19.963)
Depósitos judiciais	9.052	660
Almoxarifado	(8.480)	(29)
Impostos e contribuições a recuperar	(35.791)	(14.594)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	(46.976)	(2.076)
Outros créditos a receber	(9.745)	23.409
Fornecedores	2.741	(60.641)
Fornecedores - Risco sacado	(10.385)	(7.222)
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	(38.270)	(33.638)
Impostos e contribuições a recolher	68.673	10.762
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	2.950	15.804
Contribuição de iluminação pública	(6.426)	412
Participação nos lucros	(8.539)	166
Encargos setoriais	(39.636)	(19.946)
Pagamento de processos judiciais	(15.110)	(14.375)
Outras contas a pagar	9.958	2.214
Caixa utilizado nas atividades operacionais	(255.499)	(119.057)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(43.658)	(5.260)
Juros pagos	(221.653)	(141.526)
Juros recebidos de aplicações financeiras	45.997	61.012
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	226.014	501.692
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisições no ativo contratual	(561.714)	(476.593)
Resgates (aplicações) financeiras	(348.603)	166.842
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(910.317)	(309.751)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Amortização de empréstimos e financiamentos	(650.658)	(71.753)
Captação de empréstimos e financiamentos	1.046.353	200.000
Recebimento de instrumentos derivativos	59.411	-
Dividendos pagos	-	(173.333)
Amortização do passivo de arrendamento	(498)	(414)
Captação de debêntures	488.248	-
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	942.856	(45.500)
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	258.553	146.441
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	219.586	175.555
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	478.139	321.996
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	258.553	146.441

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração do valor adicionado

Períodos findos em 30 de setembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)



	<u>30/09/2025</u>	<u>30/09/2024</u>
Receitas		
Vendas de produtos e serviços	3.494.040	3.202.789
Perdas por redução ao valor recuperável	(50.004)	(36.775)
Receitas de construção	672.047	520.092
Outras receitas	7	-
Subtotal	4.116.090	3.686.106
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	(1.885.784)	(1.623.098)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(264.748)	(241.486)
Outras despesas	(48.003)	(54.437)
Subtotal	(2.198.535)	(1.919.021)
Valor adicionado bruto	1.917.555	1.767.085
Amortização	(142.450)	(120.061)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	1.775.105	1.647.024
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	397.456	269.421
Valor adicionado total a distribuir	2.172.561	1.916.445
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	35.551	33.711
Benefícios	9.613	8.393
FGTS	4.257	5.224
Subtotal	49.421	47.328
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	527.080	533.525
Estaduais	656.987	585.879
Municipais	532	374
Subtotal	1.184.599	1.119.778
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	607.480	438.487
Aluguéis	2.597	1.824
Outras despesas financeiras	87.733	72.482
Subtotal	697.810	512.793
Remuneração de capitais próprios		
Lucro líquido do período	240.731	236.546
Valor adicionado	2.172.561	1.916.445

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

1 Contexto operacional

A Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia" ou "Equatorial Piauí"), é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na Rua João Cabral, nº 730, Centro Sul, na cidade Teresina, no Estado do Piauí, controlada pela Equatorial Energia Distribuição S.A., tendo por controladora final a Equatorial S.A. A Companhia é a concessionária do serviço público de distribuição e atividades associadas ao serviço de energia elétrica naquele Estado, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade na área de concessão que abrange todo o Estado do Piauí com 251.755 km²(*), atendendo, em 30 de setembro de 2025, 1.573.768 (*) consumidores, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

(*) referente ao total de consumidores considerando os mercados cativo e livre. Informação não revisada.

1.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Conforme Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 04/2001 (Contrato de Concessão), firmado com a ANEEL em 12 de fevereiro de 2001, a Companhia detinha concessão para distribuição de energia elétrica em todo o território do Estado do Piauí, cuja vigência se encerrou em 07 de julho de 2015.

Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos e passivos regulatórios relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo.

A partir de então, a Companhia passou a operar como prestadora de serviço de distribuição de energia elétrica designada, conforme Portaria nº 388/2016 do MME. Neste período, a Companhia foi gerida pela Eletrobras (o antigo controlador) e, para manutenção das suas atividades, recebeu recursos do fundo Reserva Global de Reversão (RGR).

Em 18 de outubro de 2018, a Companhia celebrou o Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 01/2018 – ANEEL, com interveniência e anuência da Equatorial S.A., como acionista controlador, cujo prazo da concessão é de 30 anos, com vigência até 17 de outubro de 2048, podendo ser renovado por igual período a critério do Poder Concedente.

1.2 Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil, que entrará em vigor, em período de transição, a partir de 2026 e com previsão de valer integralmente a partir de 2033. A reforma substitui os tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS por um modelo de Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal.

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, estabelecendo as diretrizes iniciais para a implementação da reforma tributária. No entanto, aspectos operacionais e detalhes específicos ainda dependem de regulamentação complementar.

Dessa forma, até 30 de setembro de 2025, não há impactos da reforma tributária nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia. A Administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os efeitos à medida que novas definições forem estabelecidas.

2 Base de preparação e apresentação das informações intermediárias

2.1 Declaração de conformidade

As informações intermediárias foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária (práticas contábeis adotadas no Brasil) e devem ser lidas em conjunto com as últimas demonstrações contábeis anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, previamente divulgadas em 26 de março de 2025. As informações intermediárias estão apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As informações intermediárias apresentam as principais variações no período, evitando a repetição de determinadas notas às demonstrações contábeis anuais previamente divulgadas, e estão sendo apresentadas na mesma base de agrupamentos e ordem de quadros e notas explicativas, se comparadas com as demonstrações contábeis anuais.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas informações contábeis intermediárias. Desta forma, as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações intermediárias foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 12 de novembro de 2025.

2.2 Base de mensuração

As informações intermediárias da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e (ii) por meio de resultado e outros resultados abrangentes, quando requerido nas normas.

2.3 Moeda funcional e de apresentação e transações em moeda estrangeira

As informações intermediárias são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado, com exceção de itens monetários designados como parte de um *hedge* de investimento líquido, sendo essas diferenças reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado.

3 Políticas contábeis materiais e estimativas críticas

As políticas contábeis materiais, são aquelas importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados da Companhia e foram aplicadas de maneira consistente com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações contábeis anuais da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e devem ser lidas em conjunto.

3.1 Principais mudanças nas políticas contábeis

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

3.1.1 Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2025

Diversas normas novas ou alteradas tornaram-se aplicáveis a partir do início do período de relatório atual. A Companhia avaliou essas alterações e normativos e não identificou impactos significativos em suas informações contábeis intermediárias e assim não precisou alterar suas políticas contábeis nem fazer ajustes retrospectivos em decorrência da adoção dessas normas novas ou alteradas.

3.1.2 Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2026:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
CPC 48 e CPC 40 (R1): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	Estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; (ii) avaliação das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG); e (iii) alterações específicas na norma para abranger os contratos de eletricidade relacionada à natureza (fontes eólicas e solares).	01/01/2026
Pronunciamento Técnico CBPS nº 01: Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade Pronunciamento Técnico CBPS nº 02: Divulgação de Informações Climáticas	Os novos pronunciamentos abordam os requisitos e as diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa, alinhando-se aos padrões internacionais estabelecidos pelo IFRS S1 e IFRS S2. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como os impactos financeiros relacionados ao clima.	01/01/2026
CPC 51: Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis	O CPC 51 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. O CPC 51 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. O CPC 51 substituirá o CPC 26: Apresentação das informações intermediárias.	01/01/2027
IFRS 19 (sem norma contábil brasileira correspondente até o momento): Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.	01/01/2027

A Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos acima e decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/09/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa e depósitos bancários à vista	15.186	6.613
Equivalentes de caixa (a)		
Aplicação direta		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	15.379	172.750
Operações compromissadas	447.574	-
Fundo de investimento		
Operações compromissadas	-	38.612
Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	1.611
Subtotal de equivalentes de caixa	462.953	212.973
Total	478.139	219.586

- (a) Os equivalentes de caixa se referem a CDB - Certificados de Depósitos Bancários, Operações Compromissadas e outros ativos de alta liquidez e com baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, são ativos financeiros com liquidez imediata classificados como equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa.

A carteira da companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no período findo em 30 de setembro de 2025 equivale a 98,09% do CDI (101,57% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

5 Aplicações financeiras

	<u>30/09/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Circulante		
Aplicação Financeira		
Fundo de Investimento (a)	1.037.921	687.967
Cotas de fundos de investimento	1.023.066	590.058
Cotas de fundos de investimento FIDC (b)	14.855	15.221
Títulos Públicos	-	63.829
Letra Financeira	-	18.859
Fundo Aberto (c)	151.244	137.451
Recurso Vinculados (d)	13.916	10.475
Total circulante	1.203.081	835.893
Não circulante		
Recursos vinculados (d)	79	73
Total aplicações financeiras	1.203.160	835.966

- (a) Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras de primeira linha e são compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, de acordo com a norma de investimento da Companhia. Adicionalmente, a carteira de aplicações contém fundos, que são investimentos em cotas (FIC), administrados por instituições financeiras responsáveis por alocar os recursos em cotas de diversos fundos abertos. Logo, a Companhia não possui gestão e controle direto, tampouco participação relevante nesses fundos abertos (limite máximo de 10% do Patrimônio Líquido) conforme CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas;
- (b) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), sendo parte de seus recursos utilizados na operação de antecipação de títulos a pagar a fornecedores do Grupo Equatorial, conforme descrito na nota explicativa nº 12.1 – Fornecedores – Risco sacado;
- (c) Os fundos de investimentos abertos são compostos por ativos como operações compromissadas, títulos públicos, CDBs, depósitos a prazo e outros títulos de instrumentos financeiros; e
- (d) Referem-se às aplicações restritas de garantias de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos públicos, cuja classificação entre circulante e não circulante é definida de acordo com o prazo de utilização do recurso.

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no período findo em 30 de setembro de 2025 equivale a 101,82% do CDI (99,09% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de setembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



6 Contas a receber de clientes

6.1 Composição dos saldos

	30/09/2025			Total	31/12/2024			Total
	A vencer	Vencidos			A vencer	Vencidos		
		Até 90 dias	Mais de 90 dias			Até 90 dias	Mais de 90 dias	
Residencial	79.506	109.306	260.838	449.650	74.390	115.518	239.986	429.894
Industrial	14.176	1.599	3.460	19.235	12.595	1.727	4.006	18.328
Comercial	50.913	15.062	34.149	100.124	44.791	16.167	33.411	94.369
Rural	16.145	9.810	19.118	45.073	12.710	9.906	16.165	38.781
Poder público	38.306	15.725	22.687	76.718	27.322	11.915	17.472	56.709
Iluminação pública	12.412	926	11.273	24.611	9.731	4.759	10.710	25.200
Serviço público	20.189	7.838	19.538	47.565	14.068	15.478	15.448	44.994
Contas a receber de consumidores faturados	231.647	160.266	371.063	762.976	195.607	175.470	337.198	708.275
Residencial	66.479	7.004	110.902	184.385	81.393	8.438	108.066	197.897
Industrial	3.041	124	1.374	4.539	4.113	238	1.582	5.933
Comercial	8.255	772	14.078	23.105	10.519	1.068	14.480	26.067
Rural	3.815	468	5.085	9.368	4.452	539	4.907	9.898
Poder público	72.247	1.304	11.249	84.800	84.391	1.632	10.662	96.685
Iluminação pública	25.445	467	2.307	28.219	28.519	715	1.665	30.899
Serviço público	17.506	3.545	3.440	24.491	14.988	492	2.774	18.254
Parcelamentos (a)	196.788	13.684	148.435	358.907	228.375	13.122	144.136	385.633
Contas a receber de consumidores não faturados (b)	99.994	-	-	99.994	92.996	-	-	92.996
Baixa renda (c)	88.280	-	-	88.280	38.533	-	-	38.533
Outras	40.181	-	-	40.181	34.781	-	-	34.781
Subtotal	656.890	173.950	519.498	1.350.338	590.292	188.592	481.334	1.260.218
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(33.627)	(21.865)	(329.811)	(385.303)	(37.020)	(24.240)	(305.262)	(366.522)
Total contas a receber clientes	623.263	152.085	189.687	965.035	553.272	164.352	176.072	893.696
Circulante				853.219				760.023
Não circulante				111.816				133.673

- (a) Os parcelamentos são referentes às renegociações de faturas em atraso e possuem juros de até 1% a.m. Os valores apresentados no contas a receber referente aos parcelamentos estão líquidos do ajuste a valor presente, reconhecido em 30 de setembro de 2025, no montante de R\$ 96.584 (R\$ 101.890 em 31 de dezembro de 2024), em contrapartida ao resultado financeiro;
- (b) O contas a receber não faturados corresponde ao consumo estimado baseado no ciclo de leitura, o qual é encerrado após o período de fechamento contábil; e
- (c) O Governo Federal, por meio das leis nº 12.212 e nº 10.438, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de setembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



6.2 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

	31/12/2024	(Provisões) / Reversões	Baixas (c)	30/09/2025
Contas a receber de consumidores faturados	(211.769)	(36.230)	21.034	(226.965)
Parcelamentos	(139.883)	(10.388)	10.076	(140.195)
Contas a receber de consumidores não faturados	(1.906)	(144)	-	(2.050)
Outras (a)	(12.964)	(3.909)	780	(16.093)
Total (b)	(366.522)	(50.671)	31.890	(385.303)

- (a) A rubrica de outras perdas estimadas é composta, principalmente, por: multas sobre o consumo irregular, auto religação e inadimplência, conforme previsto na Resolução ANEEL nº 456 de 29 de novembro de 2000;
- (b) A movimentação líquida do período gerou um complemento de provisão, no montante de R\$ 50.671, com impacto no resultado operacional e financeiro de R\$ 49.918 e R\$ 753, respectivamente, conforme notas explicativas nº 19 – Custos do serviço e despesas operacionais e nº 22 – Resultado financeiro; e
- (c) Referente à baixa da PECLD sobre títulos considerados incobráveis pela Companhia, os quais foram efetivamente baixados do contas a receber.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
 Período findo em 30 de setembro de 2025
 (Valores expressos em milhares de reais)



7 Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros

	31/12/2024	Constituição	Amortização	Atualização	Constituições com efeito caixa	30/09/2025
Parcela A						
CDE – Conta de desenvolvimento energético (a)	(17.881)	(26.276)	4.117	(2.443)	-	(42.483)
PROINFA – Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	(1.771)	6.602	1.610	285	-	6.726
Rede básica	(1.131)	18.985	(8.115)	672	-	10.411
Compra de energia CVA (b)	(57.802)	74.514	59.157	(1.835)	-	74.034
ESS – encargos do serviço do sistema (c)	22.964	(2.769)	(16.443)	1.294	-	5.046
Subtotal	(55.621)	71.056	40.326	(2.027)	-	53.734
Itens financeiros						
Sobrecontratação de energia (d)	(10.414)	(5.585)	(6.487)	(1.605)	-	(24.091)
Neutralidade (e)	(17.487)	8.334	17.317	1.073	-	9.237
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(16.165)	(9.874)	8.973	(149)	-	(17.215)
Risco hidrológico (f)	(81.318)	-	6.395	(3.821)	-	(78.744)
Compensação créditos PIS/COFINS (g)	74.442	-	(62.181)	611	-	12.872
CDE Modicidade Tarifária (h)	(15.404)	-	11.894	(720)	(2.481)	(6.711)
Outros (i)	(13.067)	(962)	89.422	9.456	(469)	84.380
Subtotal	(79.413)	(8.087)	65.333	4.845	(2.950)	(20.272)
Total	(135.034)	62.969	105.659	2.818	(2.950)	33.462
Circulante						
Valores a receber	203.294					132.761
Valores a devolver	(340.653)					(163.115)
Efeito líquido circulante ativo (passivo)	(137.359)					(30.354)
Não circulante						
Valores a receber	144.161					207.098
Valores a devolver	(141.836)					(143.282)
Efeito líquido não circulante ativo (passivo)	2.325					63.816
Efeito líquido total	(135.034)					33.462

- (a) A conta de CDE foi impactada no período pelos custos com as quotas de CDE USO e GD de acordo com a REH nº 3.433 de 10 de dezembro de 2024 e REH nº 3.484 de 15 de julho de 2025, por ser maior que a cobertura tarifária concedida no processo tarifário de 2024, resultando em um movimento positivo de R\$ 9.101, em contrapartida registrou-se um movimento passivo de devolução de cobertura dos encargos CDE Covid e Escassez, que tiveram os empréstimos quitados, com efeito negativo de R\$ 35.377, resultando no movimento negativo da conta de CDE em R\$ 26.276;
- (b) O saldo da CVA de energia teve como principais impactos no período o efeito de disponibilidade, risco hidrológico e exposição financeira repassados à distribuidora para atendimento ao mercado, o que explica o principal movimento de R\$ 113.619, e o efeito negativo de R\$ 39.105 refere-se a provisão de neutralidade de receita bandeira tarifária faturada em agosto e setembro não homologada ANEEL;
- (c) O ESS (Encargo de Serviço do Sistema) está relacionado ao pagamento de usinas térmicas despachadas e que operam com o preço de compra acima do PLD (Preço de Liquidação das Diferenças. O ONS (Operador Nacional do Sistema) aciona despachos das térmicas de forma a garantir a segurança energética do sistema. No processo tarifário da Companhia, o valor de previsão desse encargo concedido pela ANEEL foi superior aos custos efetivamente pagos, sendo a principal constituição o valor de R\$ 2.769;
- (d) A constituição do saldo negativo de R\$ 5.585 deve-se à venda no mercado de curto prazo a um PLD médio superior ao preço médio de compra de energia das distribuidoras;
- (e) A neutralidade dos encargos é calculada a partir das diferenças mensais entre os valores faturados de cada item dos encargos setoriais durante o período de referência e os valores previstos no processo tarifário anterior, ajustados pela taxa SELIC, conforme regulamentação vigente. No período atual, foi registrada uma constituição positiva de R\$ 8.334;
- (f) Reconhecimento antecipado dos custos de compra de energia elétrica associados aos riscos hidrológicos, conforme previsto no PRORET submódulo 4.4 - demais componentes financeiros, item 5.11. A previsão de risco hidrológico definida no processo tarifário será revertida no processo tarifário subsequente, devidamente atualizada;
- (g) Deve-se à amortização dos valores oriundos de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS;
- (h) A política de Modicidade Tarifária da CDE é uma ferramenta essencial para a sustentabilidade econômico-financeira do setor elétrico e para a proteção do consumidor, garantindo a equidade na distribuição dos encargos setoriais e a moderação das tarifas de energia; e
- (i) O saldo total de amortização de outros foi afetado principalmente pelas amortizações positivas da Quitação da Conta COVID/ESCASSEZ em R\$ 72.241, pela Neutralidade COVID em R\$ 6.841, pela Penalidade Universalização em R\$ 6.756, pelo Financeiro Transmissão em 2.738. Os demais itens somados totalizam positivamente um valor de R\$ 846 e inclui financeiros como Encargos Escassez Hídrica, Garantias Financeiras, Financeiro de Transmissão, Reversão de Créditos Associados a REN 1000/21 entre outros .

No mês de novembro de 2024, a ANEEL apurou o novo índice do reajuste tarifário da Companhia adequando suas despesas da Parcela A (custo não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão). As tarifas de aplicação da Companhia, constantes na Resolução Homologatória nº 3.414, de 26 de novembro de 2024, foram reajustadas, em média, (4,28%), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, usuários e agentes supridos da distribuidora, de 2 de dezembro de 2024 a 1º de dezembro de 2025.

No período findo em 30 de setembro de 2025, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 8.219 (R\$ 50.245 em 31 de dezembro de 2024) de bandeiras tarifárias, sendo que R\$ 24.326 (R\$ 47.169 em 31 de dezembro de 2024) obtidos por meio de faturamento junto aos clientes, e R\$ 16.107 negativos (R\$ 3.076 em 31 de dezembro de 2024) pagamentos via CCBRT. A bandeira tarifária foi criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela CCEE.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de setembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



8 Partes relacionadas

Em 30 de setembro de 2025, a Companhia possui transações com partes relacionadas, principalmente dos contratos de compartilhamentos, dividendos, entre outros, com as companhias descritas abaixo:

Companhias	Notas	30/09/2025		31/12/2024	30/09/2024
		Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)
Companhias					
Contas a receber de clientes					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	-	14.246	-	16.923
Associação para Assinatura de Energia	(a)	159	1.394	-	-
Total		159	15.640	-	16.923
Outros créditos a receber – (bens materiais)					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	-	-	287	-
Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA	(b)	-	-	45	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	(b)	-	-	144	-
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(b)	731	-	731	-
E-nova Geração Distribuída S.A.	(c)	-	157	192	148
Total		731	157	1.399	148
Outros créditos a receber					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(d)	1.442	3.542	1.403	2.961
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(d)	1.464	4.844	1.809	3.936
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(d)	420	1.540	422	1.210
Companhia De Eletricidade do Amapá – CEA	(d)	107	600	149	367
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	(d)	593	2.109	552	1.839
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(d)	1.370	5.994	1.431	-
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(d)	6	22	10	24
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(d)	5	21	9	24
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(d)	8	32	9	33
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(d)	15	69	62	76
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(d)	6	24	10	25
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(d)	7	26	9	27
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(d)	-	-	-	28
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(d)	11	42	21	46
Total		5.454	18.865	5.896	10.596
Fornecedores					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	(416)	-	(482)	(373)
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(e)	(909)	-	-	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(e)	-	-	(4)	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	(e)	(675)	-	(37)	-
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(e)	(106)	-	-	-
E-nova Geração Distribuída S.A.	(e)	-	-	-	(1)
Equatorial Telecomunicações S.A.	(f)	(1.348)	(1.854)	(313)	(2.906)
Equatorial Serviços S.A.	(g)	(4.822)	(17.459)	(5.400)	(17.268)
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(h)	(70)	(56)	(64)	(413)
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(h)	(62)	(51)	(57)	(420)
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(h)	(91)	(74)	(83)	(619)
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(h)	(164)	(134)	(150)	(1.100)
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(h)	(76)	(80)	(43)	(509)
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(h)	(94)	(76)	(86)	(632)
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(h)	-	-	-	(429)
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(h)	(105)	(101)	(77)	(729)
Instituto de Ciência e Tecnologia Grupo Equatorial (ICT)	(o)	(42)	-	-	-
Total		(8.980)	(19.885)	(6.796)	(25.399)
Dividendos a pagar					
Controladora direta					
Equatorial Distribuição S.A.	(n)	(94.611)	-	(66.063)	-
Outros tipos de partes relacionadas					
Minoritários	(n)	(5.044)	-	(3.522)	-
Total		(99.655)	-	(69.585)	-

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de setembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



Companhias	Notas	30/09/2025	Efeito no	31/12/2024	30/09/2024
		Ativo (passivo)	resultado receita (despesa)	Ativo (passivo)	resultado receita (despesa)
Outras contas a pagar					
Controladora indireta					
Equatorial S.A.	(i)	-	(4.761)	(4.175)	(12.284)
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(d)	(6.564)	(15.591)	(5.534)	(13.064)
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(d)	(1.480)	(4.897)	(1.532)	(5.676)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(d)	(702)	(2.221)	(1.015)	(2.102)
Companhia De Eletricidade do Amapá – CEA	(d)	(145)	(562)	(239)	(451)
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	(d)	(667)	(1.982)	(1.029)	(1.502)
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(d)	(1.817)	(5.340)	(2.504)	(1.492)
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(d)	(1)	(2)	(6)	(7)
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(d)	(3)	(13)	(10)	(19)
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(d)	(1)	(3)	(2)	(3)
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(d)	(81)	(376)	(125)	(344)
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(d)	(1)	(2)	(5)	(7)
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(d)	(1)	(2)	(1)	(3)
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(d)	-	-	-	(11)
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(d)	(2)	(3)	(15)	(16)
Total		(11.465)	(35.755)	(16.192)	(36.981)

Investimentos em serviço (bens em comodato)		30/09/2025		31/12/2024	
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(k)	46	(46)	-	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(l)	662	(662)	662	662
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	(m)	108	(108)	112	112
Companhia De Eletricidade do Amapá – CEA	(j)	251	(251)	251	251
Total		1.067	(1.067)	1.025	(1.025)

- (a) Os valores com a Equatorial Maranhão e Associação são provenientes do contrato de uso da rede de energia elétrica da Equatorial Piauí pelos municípios do Estado do Maranhão;
- (b) Os valores são provenientes das vendas de bens materiais;
- (c) Saldos referentes ao contrato de arrendamento de terrenos, no qual a Companhia atua como arrendador e a E-nova Geração Distribuída S.A como arrendatária;
- (d) Valores referentes aos contratos de compartilhamento que abrangem os contratos de infraestrutura relacionados ao uso do sistema de transmissão e recursos humanos, após validação dos cálculos pelo órgão regulador ANEEL;
- (e) Os valores são provenientes da compra de bens para o ativo de contrato;
- (f) A contratação de serviço é proveniente de serviços de telefonia, integração de telecomunicações de internet que usa os serviços de fibra ótica, com duração de 60 meses;
- (g) Os valores com a Equatorial Serviços S.A. são provenientes do contrato de serviços de *call center*, administrativos e despesas incorridas, com prazo de duração de 60 meses;
- (h) Valores referem-se a serviços prestados pelas transmissoras de energia, do mesmo grupo econômico da companhia, por meio da Tarifa do Uso do Sistema de Transmissão (TUST);
- (i) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado o Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (aval), entre a Companhia (contratante) e a Equatorial S.A. (contratada), estabelecendo as condições para eventual remuneração das garantias prestadas sob a forma de aval em contratos. Conforme previsto nas condições contratuais, a prestação da garantia poderá estar sujeita a remuneração equivalente a 1% a.a. (um por cento ao ano), pro rata, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido;
- (j) Relação de ativos cedidos em comodato, da Equatorial Piauí Distribuição de Energia S.A para à Companhia de Eletricidade do Amapá de forma não onerosa pelo prazo de 5 (cinco) meses conforme descrito no Termo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes a critério das partes;
- (k) Relação de ativos cedidos em comodato, da Companhia para a Equatorial Maranhão Distribuição de Energia S.A., de forma não onerosa pelo prazo de 32 (trinta e dois) e 13 (treze) meses conforme descrito no Termo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes a critério das partes;
- (l) Relação de ativos cedidos em comodato, da Equatorial Piauí Distribuição de Energia S.A. para à Equatorial Alagoas Distribuição de Energia S.A de forma não onerosa pelo prazo de 10 (dez) meses conforme descrito no Termo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes a critério das partes;
- (m) Relação de ativos cedidos em comodato, da Equatorial Piauí Distribuição de Energia S.A para Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, e de forma não onerosa pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses conforme descrito no Termo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes a critério das partes;
- (n) Valor refere-se, principalmente, à distribuição de dividendos referentes ao exercício de 2024. Em 26 de março de 2025 conforme a ata da Assembleia Geral Ordinária, houve a aprovação da distribuição de dividendos no montante de R\$ 68.487 oriundos de dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 30.070 oriundos de dividendos adicionais, conforme divulgado na nota explicativa nº 18 – Dividendos a pagar das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024; e
- (o) Os valores com o Instituto de Ciência e Tecnologia referem-se a projetos de P&D e PEE, de gestão corporativa. Adicionalmente, a Companhia reconheceu despesas de doações realizadas para o instituto no montante de R\$ 2.160.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de setembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



8.1 Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui o Conselho de Administração, o Presidente e Diretores. A remuneração anual total foi fixada em até R\$ 19.600 (R\$ 16.100 em 26 de abril de 2024), conforme Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de abril de 2025.

Os diretores executivos possuem o benefício de plano de Pagamento Baseado em Ações. As datas de vencimento e os preços de período das opções de compra de ações pelos diretores executivos e detalhes adicionais do plano estão apresentados nas notas explicativas nº 17.2 – Plano de opção de compra de ações.

Proporção de cada elemento na remuneração total paga, referente ao período findo em 30 de setembro de 2025 e 2024:

	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024	01/01/2024 a 30/09/2024
Remuneração fixa anual	935	2.869	974	3.167
Salário ou Pró-labore	828	2.558	883	2.894
Benefícios diretos e indiretos	107	311	91	273
Remuneração variável	-	5.691	-	4.210
Remuneração baseada em ações	2.851	4.931	774	3.519
Benefícios pós emprego	39	84	21	64
Valor total da remuneração	3.825	13.575	1.769	10.960

8.2 Garantias

A Equatorial S.A., controladora indireta da Equatorial Piauí, presta garantia como avalista ou fiadora para esta com ônus^(*), nos contratos de empréstimos e financiamentos, e sem ônus nas apólices de seguros, conforme abaixo listado:

Instituição	Valor contratado	% garantido	Início	Término	Valor liberado	30/09/2025 (a)
BNDES 18/19/20	403.066	100	23/12/2019	15/10/2039	380.000	427.361
BNDES 21/22/23	643.031	100	28/01/2021	15/05/2040	643.031	689.735
BNDES 22/23/24	720.000	100	28/03/2025	15/08/2043	720.000	691.707
Scotiabank 300MM	300.000	100	26/04/2021	27/04/2026	300.000	143.968
Apólice de seguros	157.246	100	07/02/2020	30/05/2030	N/A	N/A
Total	2.223.343				2.043.031	1.952.771

(a) Os valores atualizados dos empréstimos e financiamentos, estão líquidos do custo de captação.

(*) Vide item i, nota explicativa nº 8 - Partes relacionadas.

9 Ativo financeiro da concessão

A movimentação dos saldos referente ao Ativo financeiro da concessão está conforme a seguir demonstrada:

	31/12/2024	Atualização do ativo financeiro (a)	Transferência - Ativos de contrato (b)	Baixas	30/09/2025
Ativo financeiro	632.144	12.118	32.763	(274)	676.751
Obrigações especiais (c)	(355.822)	-	-	-	(355.822)
Total ativo financeiro da concessão	276.322	12.118	32.763	(274)	320.929

- (a) Visando a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o valor justo do ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando a atualização do IPCA, por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizados pelo regulador nos processos de reajuste tarifário;
- (b) Correspondem às transferências (bifurcação) dos ativos de contrato para o ativo financeiro da concessão; e
- (c) Obrigações especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente.

10 Intangível

O ativo intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	30/09/2025			
	Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à concessão	Valor líquido
Em serviço	5.356.061	(1.703.934)	(665.614)	2.986.513
Total	5.356.061	(1.703.934)	(665.614)	2.986.513

Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	31/12/2024			
	Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à concessão	Valor líquido
Em serviço	5.092.245	(1.538.708)	(651.853)	2.901.684
Total	5.092.245	(1.538.708)	(651.853)	2.901.684

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis pela vida útil do bem e limitado à data do contrato de concessão até outubro de 2048, conforme ICPC 01(R1) – Contratos de concessão.

10.1 Movimentação do ativo intangível

	31/12/2024	Adições	Baixas (a)	Transferência de ativos de contrato (b)	30/09/2025
Em serviço	5.092.245	-	(18.729)	282.545	5.356.061
(-) Amortização	(1.538.708)	(175.765)	10.539	-	(1.703.934)
Total em serviço	3.553.537	(175.765)	(8.190)	282.545	3.652.127
Obrigações especiais em serviço (c)	(1.089.358)	-	-	(47.583)	(1.136.941)
(-) Amortização	437.505	33.822	-	-	471.327
Total em obrigações especiais	(651.853)	33.822	-	(47.583)	(665.614)
Total	2.901.684	(141.943)	(8.190)	234.962	2.986.513

- (a) Valores correspondentes às baixas por perda de bens integrantes do ativo intangível entre as quais destacamos: baixa de medidores, transformadores e religadores de distribuição, cujos plenos funcionamentos foram comprometidos por avarias ou sinistros;
- (b) Correspondem às transferências (bifurcação) dos ativos de contrato para o intangível em serviço e ativo financeiro da concessão; e
- (c) Obrigações especiais representam, substancialmente, recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.

A Companhia avaliou e verificou que o valor contábil dos bens não excede seu valor recuperável para o período findo em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

11 Ativos de contrato

A movimentação dos ativos de contrato está conforme a seguir demonstrada:

	Transferências (c)				
	31/12/2024	Adições (b)	Ativo intangível	Ativo financeiro	30/09/2025
Em curso	697.735	672.046	(282.545)	(32.763)	1.054.473
Obrigações especiais (a)	(132.102)	(11.777)	47.583	-	(96.296)
Total ativos de contrato	565.633	660.269	(234.962)	(32.763)	958.177

- (a) Obrigações especiais representam, substancialmente, recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica;
- (b) O montante de R\$ 660.269 refere-se às adições líquidas de ativo contratual reconhecidas no período, onde R\$ 561.714 impactou o caixa da Companhia, R\$ 57.865 refere-se às adições em contrapartida de fornecedores, R\$ 41.171 refere-se às adições em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas e R\$ 5.164 refere-se à capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis de acordo com as regras do CPC 20 (R1) – Custos de Empréstimos e R\$ 5.645 refere-se a provisão para perda de estoque, ver informações na nota explicativa nº 24 – Demonstração dos fluxos de caixa; e
- (c) Corresponde às transferências (bifurcação) dos ativos de contrato para o intangível em serviço e ativo financeiro da concessão.

A Companhia avaliou o impacto e concluiu como baixo o risco de não recebimento e perda associada aos ativos de contrato, pois os mesmos serão remunerados, a partir da entrada em serviço, (i) por meio do incremento da tarifa cobrada dos clientes, através dos ciclos de Revisão Tarifária Periódica, compondo a receita de tarifa faturada aos consumidores, ou ainda (ii) pelo direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Dessa forma, não foi identificado nenhum indicativo de *impairment*, e, conseqüentemente, nenhuma provisão foi constituída no período findo em 30 de setembro de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Os valores dos bens em construção estão sujeitos à fiscalização da ANEEL.

12 Fornecedores

	30/09/2025	31/12/2024
Suprimento de energia elétrica (a)	162.367	135.325
Encargos de uso da rede elétrica	38.996	40.126
Materiais e serviços (b)	184.402	155.578
Repasse de energia livre	31.365	27.679
Partes relacionadas – nota explicativa nº 8	8.980	6.796
Total fornecedores	426.110	365.504

- (a) O saldo em 30 de setembro de 2025 apresentou um aumento de R\$ 27.042 em relação a 31 de dezembro de 2024, em função das seguintes variações: (i) aumento de R\$ 17.922 nas despesas do Mercado de Curto Prazo devido ao crescimento do PLD projetado para a região em R\$ 255,00 (R\$ 243,30 em 2024); e (ii) aumento de R\$ 9.120 nas despesas em aberto referentes aos contratos de energia; e
- (b) A composição deve-se, substancialmente, a fornecedores de materiais e serviços atinentes ao custeio operacional e investimentos realizados na infraestrutura da área concessão da Companhia realizada no decorrer do período. A variação do período refere-se principalmente, aos serviços técnico-comerciais.

O saldo de Fornecedores não incide juros e é geralmente liquidado pela Companhia em prazo médio de até 44 dias (58 dias em 31 de dezembro de 2024).

12.1 Fornecedores – Risco sacado

Com o propósito de fortalecer as relações comerciais com seus fornecedores, a Companhia autorizou a realização de cessão de crédito junto a terceiros e, para os títulos cedidos, a Companhia realizará o pagamento destes diretamente ao seu detentor, na data de vencimento e montantes que foram anteriormente acordados com seus fornecedores originais ('passivo original'), não havendo postergação de prazo pela Companhia ou incidência de juros sobre os títulos cedidos, garantias, ou existência de cláusulas contratuais que possam requerer vencimentos antecipados. A Companhia não possui influência sobre as negociações entre o fornecedor e a instituição financeira.

Atualmente, a transação é operacionalizada por um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), através de uma plataforma 100% digital, gerenciada pelo próprio FIDC (não sendo parte relacionada da Companhia). A Companhia disponibiliza as faturas ao FIDC que, por sua vez, adiciona estas faturas na plataforma. O fornecedor acessa a plataforma, selecionando as faturas que deseja antecipar e a liquidação pelo FIDC no mesmo dia. A Companhia não possui operações de risco sacado com saldo vencido e o fechamento da operação entre o FIDC e o fornecedor fica a livre critério deste último, sem participação da Companhia, sendo a participação no acordo de financiamento opcional para os fornecedores. Se os fornecedores optarem por receber o pagamento antecipado, pagarão uma taxa ao FIDC, da qual a companhia é cotista. A Companhia quita a fatura original, pagando ao FIDC de acordo com a data de vencimento original mencionada.

Em 30 de setembro de 2025, o saldo de fornecedores – risco sacado é de 32.780 (R\$ 43.175 em 31 de dezembro de 2024), sendo estes montantes integralmente liquidados pelo FIDC nas referidas datas, ou seja, quando um fornecedor adere a esta modalidade o mesmo recebe de imediato o valor de sua fatura, e portanto, não há faturas a pagar de posse do operador do FIDC. Os pagamentos dessas transações impactaram o fluxo de caixa da Companhia em R\$ 199.232 durante o período de 30 de setembro de 2025 (R\$ 185.430 em 30 de setembro de 2024). O prazo médio de pagamento destes títulos é de 83 dias (84 dias em 31 de dezembro de 2024).

13 Empréstimos e financiamentos

13.1 Composição do saldo

	Custo da dívida (% a.a.)	Garantias	30/09/2025		
			Principal e encargos		
			Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira (US\$)					
Scotiabank (a)	CDI + 1,00% a 1,77%	Aval/Fiança	152.160	575.147	727.307
Santander (a)	CDI + 1,62%	N/A	910	150.024	150.934
Bank of America (a)	CDI + 1,15%	N/A	9.018	165.680	174.698
Total moeda estrangeira			162.088	890.851	1.052.939
Moeda nacional					
BOCOM	CDI + 1,05%	N/A	207.964	-	207.964
	IPCA + 3,93% a 4,43%/ CDI -0,05 a				
BNDDES (b)	0,05%	Aval/Fiança + Conta Reserva + Recebíveis	121.848	1.690.533	1.812.381
CCEE	5,00%	Recebíveis	28.462	1.040.170	1.068.632
China Construction Bank	CDI + 0,97%	N/A	152.312	-	152.312
Subtotal			510.586	2.730.703	3.241.289
(-) Ajuste a valor presente – AVP (c)			-	(517.883)	(517.883)
(-) Custo de captação			(200)	(3.378)	(3.578)
Total moeda nacional			510.386	2.209.442	2.719.828
Total empréstimos e financiamentos			672.474	3.100.293	3.772.767

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de setembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



	Custo da dívida (% a.a.)	Garantias	31/12/2024		
			Principal e encargos		
			Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira (US\$)					
Scotiabank (a)	CDI + 1,15% a 1,77%	Aval/Fiança	169.555	470.048	639.603
Santander (a)	CDI + 1,62%	N/A	1.059	174.529	175.588
Bank of America (a)	CDI + 1,15% a 1,38%	N/A	467.371	192.172	659.543
Total moeda estrangeira			637.985	836.749	1.474.734
Moeda nacional					
BOCOM	CDI + 1,05%	N/A	97	200.000	200.097
BNDES (b)	IPCA + 3,93% a 4,43%	Aval/Fiança + Conta Reserva + Recebíveis	76.165	1.054.241	1.130.406
CCEE	5,00%	Recebíveis	27.593	1.059.464	1.087.057
China Construction Bank	CDI + 0,97%	N/A	6.065	150.000	156.065
Subtotal			109.920	2.463.705	2.573.625
(-) Ajuste a valor presente - AVP (c)			-	(534.710)	(534.710)
(-) Custo de captação			(2)	(31)	(33)
Total moeda nacional			109.918	1.928.964	2.038.882
Total empréstimos e financiamentos			747.903	2.765.713	3.513.616

- (a) Considera-se no custo da dívida do *Scotiabank*, *Santander* e *Bank of America*, o custo da ponta passiva do *swap*, para mais detalhes, vide nota explicativa nº 23.4 – Instrumentos financeiros derivativos;
- (b) O custo da dívida do BNDES indicado em CDI+, considera a taxa efetiva da ponta passiva do *swap*. Para mais detalhes, consulte a nota explicativa nº 23.4 – Instrumentos Financeiros Derivativos.; e
- (c) Ajuste a valor presente sobre o saldo do empréstimo aprovado pela ANEEL a título de RGR (Reserva Global de Reversão), realizado em função da alteração das condições contratuais definidas no novo contrato de concessão para a dívida cujos juros foram repactuados para 5% a.a. A Companhia reconheceu o ajuste a valor presente de R\$ 674.930, utilizando como data base 31 de março de 2019, e taxa de desconto, taxa que refletia o risco e prazos das captações disponíveis no mercado à Companhia. Em 30 de setembro de 2025 o saldo de ajuste a valor presente corresponde a R\$ 517.883 (R\$ 534.710 em 31 de dezembro de 2024).

13.2 Movimentação de Empréstimos e financiamentos

A movimentação da conta de Empréstimos e financiamentos está conforme a seguir demonstrada:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira (US\$)		Total
	Passivo Circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	109.918	1.928.964	637.985	836.749	3.513.616
Ingressos – nota explicativa nº 13.3	14.118	705.882	-	330.000	1.050.000
Encargos (a)	124.659	-	32.642	-	157.301
Variação monetária, cambial e marcação a valor justo (b)	2.637	20.326	(41.431)	(123.632)	(142.100)
Transferências	442.083	(442.083)	152.266	(152.266)	-
Amortizações de principal	(82.599)	-	(568.059)	-	(650.658)
Pagamentos de juros	(117.361)	-	(51.315)	-	(168.676)
Custo de captação (c)	102	(3.647)	-	-	(3.545)
Ajuste a valor presente	16.829	-	-	-	16.829
Saldos em 30 de setembro de 2025	510.386	2.209.442	162.088	890.851	3.772.767

- (a) O montante de R\$ 157.301 refere-se a encargos reconhecidos no período, onde R\$ 152.137 impactou o resultado financeiro da Companhia e R\$ 5.164 referente à capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis de acordo com as regras do CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos. Ver informações na nota explicativa nº 11 – Ativos de contrato;
- (b) Além das variações monetárias e cambiais, o saldo é composto da marcação a mercado das dívidas que são objeto de *swaps* contabilizados pelo método do *hedge* a valor justo; e
- (c) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

13.3 Ingressos

Controlada	Instituição	Ingresso	Data do Ingresso	Pagamento de Juros	Amortização	Destinação de Recurso	Encargo Financeiro (a.a.)	Taxa Efetiva com Derivativo (a.a.)
Equatorial Piauí	BNDES	260.000	mar/25	Mensal	Mensal	Investimento	IPCA + 7,52%	CDI + 0,05%
Equatorial Piauí	Scotiabank	330.000	ago/25	Semestral	Bullet	Capital de Giro	USD + 4,8680%	CDI + 1,00%
Equatorial Piauí	BNDES	460.000	set/25	Mensal	Mensal	Investimento	IPCA + 7,52%	CDI - 0,05%
Total de ingressos		1.050.000						

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de setembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



13.4 Cronograma de amortização da dívida

Em 30 de setembro de 2025, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Vencimento	30/09/2025	
	Valor	%
Circulante	672.474	18%
2026	185.568	5%
2027	570.148	15%
2028	458.023	12%
2029	145.778	4%
De 2030 Até 2048	2.262.037	60%
Subtotal	3.621.554	96%
Ajuste a valor presente (não circulante)	(517.883)	(14%)
Custo de captação (não circulante)	(3.378)	0%
Não circulante	3.100.293	82%
Total empréstimos e financiamentos	3.772.767	100%

13.5 Covenants dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem *covenants* apurados na Companhia, no caso empréstimo com Santander e *Bank of America* e *Scotiabank*. Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia:

Covenants Empréstimos	Santander	Scotiabank	Bank of America
1º Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	3,4	3,4	3,4

A Equatorial S.A. é garantidora no empréstimo com o Scotiabank, cujo não cumprimento durante o exercício de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia:

Covenants Empréstimos	Scotiabank
1º Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	3,4

Os indicadores acima obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições acordadas.

No período findo em 30 de setembro de 2025, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

Adicionalmente aos indicadores mencionados acima, a Companhia possui *covenants* financeiros junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), cuja apuração é anual, assegurada por auditoria independente e entregue até 31 de maio do ano subsequente. O *covenant* estabelecido nos contratos consiste na relação Dívida Líquida/EBITDA. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados contratualmente.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de setembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



14 Debêntures

14.1 Movimentação de debêntures

A movimentação das debêntures do período está conforme a seguir demonstrada:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	7.937	692.302	700.239
Ingressos	-	500.000	500.000
Encargos	63.067	-	63.067
Transferências	(3.444)	3.444	-
Pagamentos de juros	(19.555)	-	(19.555)
Variação monetária, cambial e marcação a valor justo (a)	1.718	(16.744)	(15.026)
Custo de captação	740	(11.752)	(11.012)
Saldos em 30 de setembro de 2025	50.463	1.167.250	1.217.713

- (a) Além das variações monetárias e cambiais, o saldo é composto da marcação a mercado das dívidas que são objeto de *swaps* contabilizados pelo método do *hedge* a valor justo.

14.2 Características das debêntures

Emissão	Característica das debêntures	Garantias	Série	Valor da emissão	Custo Nominal	Data da Emissão	Vencimento	30/09/2025		
								Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
1ª	(1)/(3)/(4)	N/A	Única	400.000	CDI + 1,37% a.a.	dez/18	dez/26	49.491	400.000	449.491
3ª (a)	(1)/(3)/(4)/(5)	N/A	Única	300.000	CDI + 0,41% a.a.	out/24	set/36	(81)	278.291	278.210
4ª (a)	(1)/(3)/(4)/(5)	N/A	Única	250.000	CDI - 0,07%	ago/25	ago/37	1.053	241.959	243.012
5ª (a)	(1)/(3)/(4)/(5)	N/A	Única	250.000	CDI - 0,16%	set/25	set/37	-	247.000	247.000
Total								50.463	1.167.250	1.217.713

- (1) Emissão pública de debêntures simples
(3) Não conversíveis em ações
(4) Espécie Quirografária
(5) Debêntures Incentivadas

- (a) Considera-se o custo da ponta passiva do *swap*.

As emissoras das debêntures incentivadas, conforme o artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, alterada pelo Decreto nº 11.964, de 26 de março de 2024, tem como obrigatoriedade aplicar a totalidade dos recursos captados nas emissões das debêntures no custeio das despesas já incorridas e/ou a incorrer relativas aos projetos enquadrados ou protocolados junto ao MME – Ministério de Minas e Energia. A finalidade das debêntures incentivadas é captar recursos destinados a projetos de infraestrutura e todos os recursos obtidos foram utilizados pela Companhia para esse fim.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de setembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



14.3 Cronograma de amortização da dívida

As parcelas relativas às debêntures e os seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir:

Vencimento	30/09/2025	
	Valor	%
Circulante	50.463	4%
2026	400.000	33%
Até 2037	788.865	65%
Subtotal	1.188.865	98%
Custo de captação (Não circulante)	(21.615)	(2%)
Total não circulante	1.167.250	96%
Total debêntures	1.217.713	100%

14.4 Covenants das debêntures

As debêntures contratadas possuem *covenants* não financeiros e financeiros, apurados na Companhia, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de debêntures da Companhia:

Covenants debentures	1ª debêntures	3ª debêntures	4ª debêntures	5ª debêntures
1º Dívida líquida/EBITDA: <=4,5	3,4	3,4	3,4	3,4

Os indicadores acima, obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas.

No período findo em 30 de setembro de 2025, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

15 Impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos

15.1 Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda é calculado com alíquota de 25%, considerando o adicional de 10%, e a contribuição social pela alíquota de 9%, sendo oriundos de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social e diferenças temporárias. Em 30 de setembro de 2025, a Administração concluiu os estudos de recuperabilidade dos seus créditos fiscais com base em projeções provenientes do seu planejamento estratégico e considera que serão realizados à medida em que as provisões forem realizadas e na realização de eventos futuros, ao longo do período da concessão. Dessa forma, os tributos diferidos estão dispostos, conforme apresentação abaixo:

	30/09/2025	31/12/2024
Créditos ativos de:		
Prejuízo fiscal	351.172	384.582
Base negativa	119.227	131.152
Subtotal	470.399	515.734
Diferenças temporárias (ativo)		
Provisão para riscos judiciais	55.923	57.514
Receitas – CPC 47	1.313	1.068
Swap	56.020	-
Provisão para participação nos lucros	3.960	8.113
Arrendamentos – CPC 06 (R2)	46	45
Provisões atuariais	53.226	53.155
Ativo imobilizado em curso ressarcível (AIC)	38.868	38.868
Outras provisões	9.275	9.961
Subtotal	218.631	168.724
Diferenças temporárias (passivo):		
Reversão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	(7.150)	(5.410)
Ajuste a valor presente	(169.114)	(173.032)
Atualização do ativo financeiro VNR	(16.601)	(12.480)
Swap	-	(38.341)
Variação Cambial e marcação a valor justo	(63.122)	-
Subtotal	(255.987)	(229.263)
Total tributo diferido ativo	433.043	455.195

15.2 Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2024	Resultado do período	Resultado abrangente	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Prejuízo fiscal	384.582	(33.410)	-	351.172	351.172	-
Base negativa	131.152	(11.925)	-	119.227	119.227	-
Provisão para riscos judiciais	57.514	(1.591)	-	55.923	55.923	-
PECLD	(5.410)	(1.740)	-	(7.150)	-	(7.150)
Ajuste a valor presente	(173.032)	3.918	-	(169.114)	-	(169.114)
Atualização do ativo financeiro VNR	(12.480)	(4.121)	-	(16.601)	-	(16.601)
Provisão atuariais	53.155	71	-	53.226	53.226	-
Provisão para participação nos lucros	8.113	(4.153)	-	3.960	3.960	-
Variação Cambial e marcação a valor justo	-	(63.122)	-	(63.122)	-	(63.122)
Variação Swap	(38.341)	110.416	(16.055)	56.020	56.020	-
Receitas/Custos – CPC 47	1.068	245	-	1.313	1.313	-
Arrendamentos – CPC 06	45	1	-	46	46	-
Ativo imobilizado em curso ressarcível (AIC)	38.868	-	-	38.868	38.868	-
Outras provisões não dedutíveis	9.961	(686)	-	9.275	9.275	-
Total	455.195	(6.097)	(16.055)	433.043	689.030	(255.987)

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de setembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



15.3 Expectativa de recuperação - Prejuízo fiscal e base negativa e diferenças temporárias

Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração estima que a realização dos créditos fiscais possa ser feita conforme demonstrado abaixo:

Expectativa de realização	2025	2026	2027	2028	Após 2028	Total
Impostos de renda e contribuição social diferidos a realizar	48.772	34.179	65.748	57.337	482.994	689.030

Em 30 de setembro de 2025, a Companhia apresenta o saldo de R\$ 689.030 a realizar de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporais, que correspondem a R\$ 351.172, R\$ 119.227 e R\$ 218.631, respectivamente.

15.4 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), nos períodos findos em 30 de setembro de 2025 e 2024, está demonstrada conforme a seguir:

	01/07/2025 a 30/09/2025		01/01/2025 a 30/09/2025	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e da CSLL	133.019	133.019	323.320	323.320
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	(33.255)	(11.972)	(80.830)	(29.099)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro				
Outras adições (reversões) permanentes	(751)	260	(1.940)	9
Incentivo PAT	314	-	934	-
Incentivo prorrogação licença maternidade	15	-	38	-
IRPJ Subvenção Governamental	10.653	-	28.550	-
Parcelamento IRPJ/CSLL (anos anteriores)	-	(251)	-	(251)
IRPJ e CSLL correntes/diferido no resultado	(23.024)	(11.963)	(53.248)	(29.341)
Alíquota efetiva	17%	9%	16%	9%
Imposto Corrente	(16.114)	(9.968)	(48.416)	(28.076)
Imposto Diferido	(6.910)	(1.995)	(4.832)	(1.265)
	01/07/2024 a 30/09/2024		01/01/2024 a 30/09/2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e da CSLL	128.523	128.523	302.810	302.810
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	(32.131)	(11.567)	(75.703)	(27.253)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro				
Outras adições (reversões) permanentes	(873)	(112)	(1.796)	(46)
Incentivo PAT	388	-	788	-
Incentivo prorrogação licença maternidade	18	-	28	-
IRPJ Subvenção Governamental	21.538	-	37.793	-
Parcelamento IRPJ/CSLL (anos anteriores)	(75)	-	(75)	-
IRPJ e CSLL correntes/diferido no resultado	(11.135)	(11.679)	(38.965)	(27.299)
Alíquota efetiva	9%	9%	13%	9%
Imposto Corrente	(75)	(9.603)	(75)	(13.647)
Imposto Diferido	(11.060)	(2.076)	(38.890)	(13.652)

16 Provisão para riscos judiciais e depósitos vinculados

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	30/09/2025		31/12/2024	
	Provisão	Depósitos vinculados	Provisão	Depósitos vinculados
Cíveis	114.565	6.429	113.045	4.472
Fiscais	17.344	5.520	17.498	9.878
Trabalhistas	25.986	7.404	33.169	14.055
Regulatórias	9.046	-	-	-
Total	166.941	19.353	163.712	28.405
Circulante (a)	36.303	189	44.747	189
Não circulante	130.638	19.164	118.965	28.216

- (a) Os valores classificados no ativo circulante referem-se a alvarás judiciais já obtidos em favor da Companhia, cujos depósitos ou penhoras judiciais feitas anteriormente, sendo a expectativa de recebimento dentro dos próximos 12 meses.

16.1 Movimentação no período

	31/12/2024		30/09/2025				Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Reclassificação	
Cíveis	113.045	8.815	(10.411)	(2.204)	5.320	-	114.565
Fiscais	17.498	-	-	(164)	10	-	17.344
Trabalhistas	33.169	982	(4.699)	(1.965)	(1.501)	-	25.986
Regulatórios	-	-	-	-	1.129	7.917	9.046
Total de provisões	163.712	9.797	(15.110)	(4.333)	4.958	7.917	166.941

- (1) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais;
(2) Reversões realizadas durante o período; e
(3) Atualizações/Reversões monetárias mensais pelo INPC acrescido de 1% da taxa SELIC.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico.

No período findo em 30 de setembro de 2025, as provisões foram revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Adicionalmente, a Companhia possui processos de natureza trabalhista, cível e fiscal em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão. O total dos referidos processos está demonstrado abaixo:

	30/09/2025	31/12/2024
Cíveis	384.666	367.133
Fiscais	4.856	5.888
Trabalhistas	137.408	104.185
Total	526.930	477.206

17 Patrimônio líquido

17.1 Capital social

O capital social autorizado da Companhia é de R\$ 2.500.000 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais), e o capital subscrito e integralizado é de R\$ 633.577 (R\$ 633.577 em 31 de dezembro de 2024), correspondente a um total de 1.382.142.880 (um bilhão, trezentos e oitenta e dois milhões, cento e quarenta e duas mil, oitocentas e oitenta) ações, divididas em 1.319.606.201 (um bilhão, trezentos e dezenove milhões, seiscentas e seis mil, duzentas e uma) ações ordinárias e 62.536.679 (sessenta e dois milhões, quinhentas e trinta e seis mil, seiscentas e setenta e nove) ações preferenciais nominativas, sem valor nominal e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

Acionistas	30/09/2025			
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total	%
Equatorial Energia Distribuição S.A.	1.253.337.750	58.787.311	1.312.125.061	94,93%
Minoritários	66.268.451	3.749.368	70.017.819	5,07%
Total	1.319.606.201	62.536.679	1.382.142.880	100%

Para o período findo em 30 de setembro de 2025 não houve mudança na composição acionária comparada ao período anterior, findo em 31 de dezembro de 2024.

a) Aumento de capital social

Em 26 de março de 2025, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve aprovação de aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 90.144, mediante a integralização da Reserva de Incentivos Fiscais no valor de R\$ 75.727 e da Reserva Legal no valor de R\$ 14.417, sem emissão de novas ações, com a consequente alteração do Art. 5º do Estatuto Social da Companhia com a consequente alteração do Art. 5º do Estatuto Social da Companhia aprovada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de abril de 2025.

17.2 Planos de opção de compra de ações

A Companhia instituiu Planos de Opção de Compra das ações a colaboradores dedicados ao Grupo Equatorial ("Grupo"), que representam, direitos de compra de ações emitidas por empresas do mesmo grupo econômico, mas não da Companhia. Os planos de opção do Grupo são classificados como instrumento patrimonial, visto que as Companhias devem mensurar e reconhecer a transação com correspondente aumento do seu patrimônio líquido como contribuição (aporte) da Equatorial S.A.

Conforme item 8, do CPC 10 (R1), os produtos ou serviços recebidos ou adquiridos em transação com pagamento baseado em ações que não se qualifiquem para fins de reconhecimento como ativos, devem ser reconhecidos como despesa do período.

Esses planos são administrados pelo Conselho de Administração da Companhia, por intermédio do Comitê de Pessoas, Governanças e Sustentabilidade, dentro dos limites estabelecidos nas Diretrizes de Elaboração e Estruturação de cada Plano e na legislação aplicável. As características dos planos estão descritas na nota explicativa nº 19.3 – Planos de opção de compra de ações, nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de setembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



17.2.1 Quinto Plano de Opção de Compra de Ações

a) Forma de determinação da volatilidade esperada

Para a volatilidade, utilizou-se a volatilidade histórica das ações para cada prazo médio do período de cada lote.

Em opções	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício
	30/09/2025	30/09/2025	31/12/2024	31/12/2024
Existentes em 1º de janeiro	370.000	-	2.210.000	-
Encerradas durante período/período	(50.000)	-	(1.840.000)	-
Existentes ao fim do período/período 3ª Outorga	75.000	23,29	125.000	23,63
Existentes ao fim do período/período 4ª Outorga	25.000	22,67	25.000	23,00
Existentes ao fim do período/período 5ª Outorga	25.000	22,64	25.000	22,98
Existentes ao fim do período/período 6ª Outorga	120.000	25,73	120.000	26,04
Existentes ao fim do período/período 7ª Outorga	75.000	30,11	75.000	30,45
Existentes ao fim do período/período	320.000	-	370.000	-

A despesa reconhecida na Companhia, no período findo em 30 de setembro de 2025 foi de R\$ 543 (R\$ 1.488 em 30 de setembro de 2024) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data base. O valor justo médio ponderado das opções em 30 de setembro de 2025 é de R\$ 11,97 (R\$ 11,26 em 31 de dezembro de 2024).

17.2.2 Plano de outorga de "Phantom Shares"

A Companhia possui três contratos ativos de "Phantom shares" referente aos anos de 2019, 2023 e 2025.

O valor da ação foi calculado pelo preço dos 60 pregões anteriores ao término do exercício de 30 de setembro de 2025, ponderado pelo volume negociado.

Com base na apuração parcial das métricas de performance definidas, a Companhia, fez jus ao referido programa. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para Equatorial Piauí, caso as métricas de performance fossem atingidas:

Em ações	Número de ações	Valor justo médio ponderado	Número de ações	Valor justo médio ponderado
	30/09/2025	30/09/2025	31/12/2024	31/12/2024
Existentes em 1º de janeiro	332.978	31,60	334.950	33,32
Outorgadas durante o período/exercício	207.567	-	-	-
Cancelamento/ transferência (a)	(15.642)	-	(1.972)	-
Pagamentos	(91.250)	-	-	-
Existentes ao fim do período/período	433.653	38,59	332.978	31,67

(a) Os cancelamentos se referem a ações de colaboradores desligados. E as transferências trata-se de ações entre partes relacionadas, sendo as entidades membro do mesmo grupo econômico.

O plano de 2019 está atrelado ao percentual efetivo da quantidade de ações que os beneficiários terão direito de receber pelo plano, que depende da TIR (Taxa Interna de Retorno) obtida no projeto, ao qual suas metas de performance estão vinculadas. As quantidades de ações para esse plano podem variar conforme a *performance* e serem multiplicadas por um percentual entre 90 e 110%.

Para os planos de 2023 e 2025, a Companhia realizou a estimativa de valor justo dos referidos planos por meio da técnica de avaliação *Monte Carlo* para precificação, incorporando fatores e premissas de mercado, de acordo com o item 17 do CPC 10 (R1). As quantidades de ações podem variar conforme a *performance* e serem multiplicadas por um percentual entre 0% (zero por cento) e 150% (cento e cinquenta por cento) da Quantidade Alvo.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de setembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



Ressalta-se que estes planos são classificados como instrumentos financeiros passivos liquidáveis em caixa. Para o período findo em 30 de setembro de 2025, foi reconhecida uma provisão de R\$ 4.888 para a Companhia e suas controladas, em contrapartida a rubrica de outras contas a pagar (R\$ 87 em 30 de setembro de 2024) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado a cada data-base.

17.2.3 Matching Shares

As Ações *Matching Shares* serão entregues aos participantes em quatro tranches iguais, sendo 25% em cada data de aniversário da outorga e serão entregues aos Participantes, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados de cada uma das datas do período de carência.

a) Forma de determinação da volatilidade esperada

Para a volatilidade, utilizou-se a volatilidade histórica das ações para cada prazo médio de exercício de cada lote.

	Número de opções	Valor justo médio ponderado	Número de opções	Valor justo médio ponderado
	30/09/2025	30/09/2025	31/12/2024	31/12/2024
<i>Em ações</i>				
Existentes em 1ª de janeiro	52.456	-	-	-
Outorgadas durante o período/exercício	62.852	-	52.456	-
Existentes ao fim do período/exercício 1ª Outorga	52.456	31,12	52.456	31,12
Existentes ao fim do período/exercício 2ª Outorga	62.852	32,22	-	-
Existentes ao fim do período/exercício	115.308	-	52.456	-

A despesa reconhecida na Companhia e suas controladas, em contrapartida ao patrimônio líquido, no período findo em 30 de setembro de 2025 foi de R\$ 799 e refere-se ao valor justo reconhecido durante o período que é avaliado em cada data base.

18 Receita operacional líquida

A conciliação da receita bruta para a receita líquida está conforme a seguir demonstrada:

	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024	01/01/2024 a 30/09/2024
Receita de distribuição (a)	1.079.124	2.871.685	964.668	2.786.481
Remuneração financeira WACC (b)	3.884	10.693	3.619	8.614
Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (c)	92.137	168.628	21.964	53.152
Subvenção CDE - Outros (d)	64.683	162.946	47.965	89.475
Fornecimento de energia elétrica	1.239.828	3.213.952	1.038.216	2.937.722
Suprimento de energia elétrica (e)	24.627	46.277	18.147	25.550
Receita pela disponibilidade - uso da rede	52.077	130.382	36.191	108.463
Receita de construção (f)	257.509	672.046	191.426	520.092
Atualização do ativo financeiro	3.774	12.118	211	4.956
Outras Receitas	31.902	91.312	52.876	126.098
Receita operacional bruta	1.609.717	4.166.087	1.337.067	3.722.881
Deduções da receita				
ICMS sobre venda de energia elétrica	(257.436)	(656.987)	(205.813)	(585.879)
PIS e COFINS	(108.213)	(239.444)	(74.377)	(219.875)
Encargos do consumidor	(9.974)	(27.391)	(8.611)	(24.150)
ISS	(201)	(532)	(159)	(374)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(58.878)	(156.758)	(68.209)	(204.627)
Penalidades DIF/FIC e outras	(22.595)	(43.114)	(3.898)	(21.127)
Deduções da receita operacional	(457.297)	(1.124.226)	(361.067)	(1.056.032)
Receita operacional líquida	1.152.420	3.041.861	976.000	2.666.849

- (a) Um dos fatores para o aumento da receita de distribuição, deve-se ao aumento da energia compensada pelos clientes com GD e aumento do número de consumidores com essa característica. Houve um aumento na energia compensada de 33,5% e no número de consumidores com GD de 31,0% no período em referência;

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de setembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



- (b) Valor referente ao cálculo e contabilização da taxa regulatória de remuneração de capital (WACC) usada para revisão de tarifa ou receita de distribuidoras, conforme metodologia definida pela ANEEL;
- (c) A variação positiva de R\$ 115.476 dos ativos e passivos regulatórios deve-se principalmente por: (i) em relação a constituição não houve alteração de posição entre anos, os movimentos se mantiveram ativos, entretanto, no exercício atual houve uma receita maior, principalmente em função do comportamento dos custos com energia e encargos setoriais frente às coberturas tarifárias homologadas pela ANEEL, gerando uma variação positiva de R\$ 119.403 quando comparado com o exercício anterior; (ii) variação positiva pelo reconhecimento de despesa na tarifa dos recursos recebidos a título de Conta-Covid no montante de R\$ 72.032; (iii) variação negativa entre os valores amortizados do último reajuste no montante de R\$ 26.841; (iv) efeito negativo de R\$ 50.165 em CVA da Bandeira Faturada devido as bandeira tarifárias vermelhas ocorridas em 2025, diferente do ocorrido no exercício anterior; e (v) a variação positiva entre os valores da receita de ultrapassagem da demanda e excedente reativo no montante de R\$ 1.047;
- (d) Referem-se ao registro da receita de desconto tarifário. A variação refere-se ao registro do subsídio do faturamento de projetos da Geração Distribuída do tipo II, que envolvem autoconsumo local, geração compartilhada (até 25% de participação) e autoconsumo remoto (até 500 kW). Estes estão condicionados a pagar o Fio B de forma progressiva e gradativa ao longo dos anos;
- (e) A receita de suprimento de energia elétrica foi maior em comparação com o período anterior, devido a distribuidora ter vendido energia no Mercado de Curto Prazo no período 30 de setembro de 2025 vendidos ao preço médio PLD de R\$ 388,03 /MWh maior do que no exercício anterior de 2024 vendidos ao preço médio PLD de R\$ 145,62/MWh; e
- (f) A Companhia reconhece a receita de construção referente aos serviços de construções e melhorias previstos no contrato de concessão, com base no estágio de conclusão das obras realizadas. O valor é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados, ou, quando não puder ser medido de maneira confiável, até o limite dos custos reconhecidos na condição em que os custos incorridos possam ser recuperados.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de setembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



19 Custo do serviço e despesas operacionais

	01/07/2025 a 30/09/2025					01/01/2025 a 30/09/2025				
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesa com vendas	Despesas administrativas	PECLD	Total	Custo do serviço de energia elétrica	Despesa com vendas	Despesas administrativas	PECLD	Total
Pessoal	(5.893)	(4.151)	(12.745)	-	(22.789)	(19.045)	(15.114)	(29.551)	-	(63.710)
Material	(2.142)	(548)	(360)	-	(3.050)	(5.393)	(2.326)	(743)	-	(8.462)
Serviços de terceiros	(33.492)	(21.818)	(13.234)	-	(68.544)	(106.884)	(62.376)	(39.596)	-	(208.856)
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(472.168)	-	-	-	(472.168)	(1.213.738)	-	-	-	(1.213.738)
Custo de Construção (b)	(257.509)	-	-	-	(257.509)	(672.046)	-	-	-	(672.046)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (c)	-	-	-	(16.216)	(16.216)	-	-	-	(49.918)	(49.918)
Provisão para riscos judiciais	-	-	(1.948)	-	(1.948)	-	-	(5.464)	-	(5.464)
Amortização	(42.827)	-	(5.164)	-	(47.991)	(126.931)	-	(15.519)	-	(142.450)
Outros	(81)	(675)	(2.617)	(188)	(3.561)	(409)	(2.183)	(4.321)	(86)	(6.999)
Total	(814.112)	(27.192)	(36.068)	(16.404)	(893.776)	(2.144.446)	(81.999)	(95.194)	(50.004)	(2.371.643)

	01/07/2024 a 30/09/2024					01/01/2024 a 30/09/2024				
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesa com vendas	Despesas administrativas	PECLD	Total	Custo do serviço de energia elétrica	Despesa com vendas	Despesas administrativas	PECLD	Total
Pessoal	(5.940)	(4.882)	(11.920)	-	(22.742)	(15.539)	(13.513)	(31.829)	-	(60.881)
Material	(1.408)	(1.638)	(1.691)	-	(4.737)	(4.045)	(4.339)	486)	-	(8.870)
Serviços de terceiros	(33.683)	(27.224)	(8.848)	-	(69.755)	(113.323)	(69.681)	(24.855)	-	(207.859)
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(408.576)	-	-	-	(408.576)	(1.103.006)	-	-	-	(1,103.006)
Custo de Construção (b)	(191.426)	-	-	-	(191.426)	(520.092)	-	-	-	(520.092)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (c)	-	-	-	(11.578)	(11.578)	-	-	-	(36.668)	(36.668)
Provisão para riscos judiciais	-	-	(1.936)	-	(1.936)	-	-	(4.903)	-	(4.903)
Amortização	(35.440)	-	(5.317)	-	(40.757)	(104.099)	-	(15.962)	-	(120.061)
Outros	362	(557)	(4.033)	(40)	(4.268)	807	(1845)	(4.416)	(107)	(5.561)
Total	(676.111)	(34.301)	(33.745)	(11.618)	(755.775)	(1.859.297)	(89.378)	(82.451)	(36.775)	(2.067.901)

- (a) Para maior detalhamento, vide a abertura dos custos da energia elétrica comprada para revenda, conforme nota explicativa nº 20 – Energia elétrica comprada para revenda;
- (b) Refere-se a apropriação dos custos relacionados às construções de acordo com a regulamentação da ANEEL, através do critério de departamentalização contemplando assim os custos indiretos de mão-de-obra, conforme notas explicativas nº 11 – Ativos de contrato e 18 – Receita operacional líquida; e
- (c) Para maior detalhamento referente a variação de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, consultar nota explicativa nº 6.2 – Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de setembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



20 Energia elétrica comprada para revenda

	01/07/2025 a 30/09/2025		01/01/2025 a 30/09/2025		01/07/2024 a 30/09/2024		01/01/2024 a 30/09/2024	
	GWh (*)	R\$	GWh (*)	R\$	GWh (*)	R\$	GWh (*)	R\$
Energia de leilão (a)	983	(294.253)	2.752	(705.851)	1.013	(251.573)	2.789	(630.153)
Contratos Eletronuclear	37	(12.278)	110	(36.581)	37	(12.459)	111	(37.118)
Contratos cotas de garantias (b)	157	(47.665)	438	(112.820)	190	(37.007)	527	(107.416)
Encargo de Serviço do Sistema – ESS/Energia reserva	-	(23.204)	-	(61.865)	-	(32.094)	-	(83.612)
Energia de curto prazo – CCEE (c)	-	(34.962)	-	(95.264)	-	(11.315)	-	(35.487)
Programa incentivo fontes alternativas energia – PROINFA	21	(10.698)	56	(32.093)	21	(8.497)	57	(25.491)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	39.557	-	108.151	-	34.712	-	101.069
Geração distribuída	-	(7.187)	-	(32.359)	-	(15.755)	-	(28.438)
Subtotal	1.198	(390.690)	3.356	(968.682)	1.261	(333.988)	3.484	(846.646)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição (d)	-	(81.478)	-	(245.056)	-	(74.588)	-	(256.360)
Total	1.198	(472.168)	3.356	(1.213.738)	1.261	(408.576)	3.484	(1.103.006)

- (a) A variação refere-se aos custos com contratos (CCEAR – Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente regulado, MCSD – Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficit) decorrentes ao aumento do preço médio de pagamento do exercício em R\$ 256,49 em relação ao mesmo período em 2024 de R\$ 225,94, devido a atualização dos preços dos contratos vigentes e despacho térmico;
- (b) Compreende as despesas com os Contratos de Cotas de Garantia Física e as despesas associadas a esses contratos no Mercado de Curto Prazo que apresentaram uma redução na despesa em 7,46% em relação ao ano anterior;
- (c) A energia de curto prazo apresentou uma variação de R\$ 23.647 no acumulado, em virtude do aumento das despesas do mercado do curto prazo com efeito da contratação por disponibilidade e efeito de contratação de cotas de garantia física em relação ao mesmo período de 2024; e
- (d) Contempla os custos com encargos de uso e conexão do sistema de transmissão, os quais possuem tarifas ajustadas pela resolução Receita Anual Permitida (RAP). Para o ano de 2024, as tarifas praticadas foram aprovadas na Resolução Homologatória nº 3.349 de 16 de julho de 2024 com vigência a partir de julho de 2024 até junho de 2025 e Resolução Homologatória nº 3.482 de 15 de julho de 2025 com vigência a partir de julho de 2025 até junho de 2026 as quais são relacionadas à Rede Básica e Conexão, assim como o aumento da contratação do MUST (Montante de Uso do Sistema de Transmissão).

(*) Não revisado.

21 Outras receitas (despesas) operacionais

	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024	01/01/2024 a 30/09/2024
Outras receitas operacionais				
Reversão de provisão para perda de estoque	2.438	2.438	1.828	4.414
Outras receitas operacionais	188	358	1.210	1.790
Total de outras receitas operacionais	2.626	2.796	3.038	6.204
Outras despesas operacionais				
Perdas pela desativação de bens e direitos	(11.184)	(17.945)	(1.999)	(13.180)
Indenização por danos a terceiros	(238)	(752)	(342)	(1.271)
Provisão para perda de estoque	(2.255)	(8.083)	(3.605)	(13.250)
Baixa de recebíveis incobráveis (a)	(2.716)	(12.811)	(7.675)	(21.889)
Outras despesas operacionais	344	(5.737)	(2.780)	(6.148)
Total de outras despesas operacionais	(16.049)	(45.328)	(16.401)	(55.738)
Total outras despesas operacionais, líquidas	(13.423)	(42.532)	(13.363)	(49.534)

- (a) No período findo de 30 de setembro de 2025 foram realizadas baixas de títulos a receber, vencidos acima de 5 anos, e a reversão da respectiva PECLD, nos montantes de R\$ 44.875 e uma reversão de R\$ 32.064, (sendo R\$ 31.890 do contas a receber de clientes, conforme nota explicativa nº 6.2, e R\$ 174 de outros créditos a receber), respectivamente, resultando em um montante líquido de R\$ 12.811.

22 Resultado financeiro

	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024	01/01/2024 a 30/09/2024
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras (a)	33.136	79.391	21.759	61.012
Valores a receber/devolver parcela A	8.097	20.650	3.566	7.005
Receita financeira de AVP (d)	1.985	5.306	1.958	4.992
Varição monetária, cambial e marcação a valor justo (b)	73.806	214.105	33.211	33.331
Operações com instrumentos financeiros derivativos (c)	(55.757)	35.911	(16.912)	124.660
Acréscimo moratório de energia vendida	12.744	38.277	11.731	34.116
PIS/COFINS sobre receita financeira	(2.553)	(6.609)	(506)	(5.056)
Outras receitas financeiras	2.740	3.816	966	4.305
Total de receitas financeiras	74.198	390.847	55.773	264.365
Despesas financeiras				
Valores a receber/devolver parcela A	(6.252)	(17.832)	(7.101)	(16.502)
Operações com instrumentos financeiros derivativos (c)	(87.255)	(334.467)	(13.937)	(48.556)
Despesa financeira de AVP (d)	(5.611)	(16.829)	(5.609)	(16.827)
Encargos da dívida	(80.291)	(216.046)	(69.795)	(193.897)
Varição monetária, cambial e marcação a valor justo (b)	21.989	(56.979)	(27.955)	(196.033)
Atualização de contingências	(2.130)	(4.958)	(1.129)	(6.833)
Descontos concedidos	(6.456)	(9.419)	549	(8.966)
Despesa com Aval	-	(4.761)	-	-
Juros de mora sobre PECLD	1.073	(753)	(844)	(2.209)
Outras despesas financeiras	(21.467)	(33.169)	(8.291)	(21.146)
Total de despesas financeiras	(186.400)	(695.213)	(134.112)	(510.969)
Resultado financeiro líquido	(112.202)	(304.366)	(78.339)	(246.604)

- (a) O aumento nos rendimentos das aplicações financeiras deve-se, principalmente, ao efeito favorável da elevação da taxa CDI, que passou de 7,99% no acumulado até setembro de 2024 para 10,36% no mesmo período de 2025;
- (b) No acumulado até 30 de setembro de 2025, o principal impacto foi causado pela variação cambial, que resultou em uma receita devido à queda de 14,11% no valor do dólar. O câmbio passou de R\$ 6,19 em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 5,31 em 30 de setembro de 2025. Em contrapartida, no acumulado até 30 de setembro de 2024, a variação cambial gerou uma despesa, decorrente da alta de 12,53% no valor do dólar. Além das variações monetárias e cambiais, o saldo é composto da marcação a valor justo das dívidas que são objeto de swaps contabilizados pelo método do hedge a valor justo;
- (c) A variação nas operações com instrumentos derivativos refere-se, principalmente, à contratação de operações de swap designadas como hedge de fluxo de caixa. O principal impacto no resultado financeiro decorreu da variação cambial incidente sobre essas operações. No período findo em 30 de setembro de 2025, houve reconhecimento de despesa financeira, em razão da valorização do real frente ao dólar, cuja cotação passou de R\$ 6,19 em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 5,31 em 30 de setembro de 2025, representando uma queda de 14,11%. Já no período findo em 30 de setembro de 2024, registrou-se receita financeira em função da desvalorização do real, com o dólar subindo 12,53% de R\$ 4,84 em 31 de dezembro de 2023 para R\$ 5,44 em 30 de setembro de 2024; e
- (d) O valor líquido de despesa de AVP no montante de R\$ 11.522 do período findo em 30 de setembro de 2025, refere-se receita do contas a receber de R\$ 5.306 e a despesa de empréstimos e financiamentos de R\$ 16.829, conforme notas explicativas nº 6 e 13, respectivamente.

23 Instrumentos financeiros

23.1 Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos instrumentos financeiros, que incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), conforme notas explicativas nº 13.5 – *Covenants* dos empréstimos e financiamentos e 14.4 – *Covenants* das debêntures.

23.2 Política de utilização de derivativos

A Companhia poderá utilizar-se de operações com derivativos (*swap*), apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados.

A Companhia adota a contabilização de instrumentos financeiros derivativos conforme os critérios estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros. Os *swaps* contratados para proteção da exposição cambial das dívidas denominadas em moeda estrangeira serão designados como instrumentos de *hedge* contábil na modalidade de *hedge* de fluxo de caixa. Já os *swaps* contratados para proteção da exposição das dívidas indexadas ao IPCA serão designados como instrumentos de *hedge* contábil na modalidade de *hedge* de valor justo.

23.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças. Para período findo em 30 de setembro de 2025 não ocorreram mudanças nas hierarquias e nas técnicas de avaliação do valor justo, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, conforme descrito no item a seguir.

(a) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível.

Os saldos contábeis e os valores de valor justo dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 estão identificados conforme a seguir:

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
 Período findo em 30 de setembro de 2025
 (Valores expressos em milhares de reais)



Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	30/09/2025		31/12/2024	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e depósitos bancários	-	Custo amortizado	15.186	15.186	6.613	6.613
Equivalentes de caixa	1	Valor justo por meio do resultado	462.953	462.953	212.973	212.973
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	1.203.160	1.203.160	835.966	835.966
Contas a receber de clientes	-	Custo amortizado	965.035	965.035	893.696	893.696
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	-	Custo amortizado	63.816	63.816	2.325	2.325
Instrumentos financeiros derivativos	2	Valor justo por meio do resultado	-	-	112.770	112.770
Ativo financeiro de concessão	3	Valor justo por meio do resultado	320.929	320.929	276.322	276.322
Total do ativo			3.031.079	3.031.079	2.340.665	2.340.665

Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	30/09/2025		31/12/2024	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Fornecedores	-	Custo amortizado	426.110	426.110	365.504	365.504
Fornecedores – risco sacado	-	Custo amortizado	32.790	32.790	43.175	43.175
Empréstimos e financiamentos	-	Custo amortizado	3.081.060	3.611.219	3.513.616	4.036.006
Empréstimos e financiamentos	2	Valor justo por meio do resultado	691.707	695.255	-	-
Debêntures	-	Custo amortizado	449.491	454.384	700.239	694.634
Debêntures	2	Valor justo por meio do resultado	768.222	801.379	-	-
Passivo de arrendamento	-	Custo amortizado	2.227	2.227	2.788	2.268
Instrumentos financeiros derivativos	2	Financeiros ao valor justo	164.761	164.761	-	-
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	-	Custo amortizado	30.354	30.354	137.359	137.359
AICs ressarcíveis	3	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	9.406	9.406	9.406	9.406
Total do passivo			5.656.128	6.227.885	4.772.087	5.288.352

23.5 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial S.A., supervisiona a forma como a Administração da Companhia monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. O Comitê de Auditoria é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria.

Para o período findo em 30 de setembro de 2025, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco em relação àquelas divulgadas na nota explicativa nº 25.5 – Gerenciamento dos riscos financeiros das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024.

24 Demonstração dos fluxos de caixa

24.1 Transações que não afetam caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa. Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

	<u>Efeito não caixa</u>
Atividades de investimento	
Transferências entre ativo financeiro e ativo contratual	32.763
Transferências entre ativo contratual e intangível	234.962
Adição de ativo contratual em contrapartida de fornecedor	57.865
Adição de ativo contratual em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas	41.171
Total de atividades de investimento	366.761
Atividades de financiamento	
Capitalização de juros de empréstimos (a)	5.164
Resultado de <i>hedge accounting</i> (b)	47.221
Desconhecimento de passivo de arrendamento	63
Dividendos adicionais propostos	30.070
Total de atividades de financiamento	82.518
Total	449.279

- (a) Capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis registrados no ativo contratual de acordo com as regras do CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos; e
- (b) Proteção contra exposições a variações de fluxos de caixa que sejam atribuíveis a riscos específicos associados com ativos ou passivos ou que possa afetar o resultado.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de setembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



24.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	31/12/2024	Fluxo de caixa	Pagamento de juros (*)	Arrendamentos	Mudança no valor justo	Outros (**)	30/09/2025
Empréstimos e financiamentos	3.513.616	395.695	(168.676)	-	-	32.132	3.772.767
Debêntures	700.239	488.248	(19.555)	-	-	48.781	1.217.713
Passivos de arrendamento	2.788	(498)	(207)	(63)	-	207	2.227
Instrumentos financeiros derivativos	(112.770)	59.411	(33.215)	-	(47.221)	298.556	164.761
Dividendos a pagar	69.585	-	-	-	-	30.070	99.655
Totais	4.173.458	954.608	(221.653)	(63)	(47.221)	397.993	5.257.123

(*) A Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais.

(**) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros, variações monetárias, passivos de arrendamentos e cambiais líquidas, capitalização de juros e o reconhecimento de dividendos a pagar.

25 Compromissos futuros

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são os seguintes:

	Vigência	2026	2027	2028	Após 2028 (*)
Energia contratada (em R\$)	2026 a 2037	330.956	1.273.698	1.254.353	15.933.758
Energia contratada (em MhW)	2026 a 2037	1.254.589	4.720.436	4.762.210	50.138.419

(*) estimado 9 anos após 2028.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 2 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR), e foram homologados pela ANEEL.

	Vigência	2026	2027	2028	Após 2028
Arrendamentos e aluguéis (R\$ Mil)	2026 a 2029	833	682	550	162

26 Eventos subsequentes

Resgate Antecipado da 1ª emissão de debêntures

Em 24 de outubro de 2025, ocorreu o resgate antecipado da 1ª Emissão de Debêntures no montante de R\$ 456.412.

* * *

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Júnior
(Presidente)

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
(Vice-Presidente)

Marcos Antônio Souza de Almeida

Diretoria Executiva

Humberto Soares Filho
Diretor Presidente

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor

Cristiano De Lima Logrado
Diretor

José Silva Sobral Neto
Diretor

Armando de Souza Nascimento
Diretor

Joe Louis Tavares Morra
Diretor

Agnelo Coelho Neto
Diretor

Bruno Pinheiro Macedo Couto
Superintendente de Ativos e Contabilidade
Contador
CRC MA-011842/O-3 S-PI